

A questão nacional em Angola e Moçambique

DIOGO PIRES AURÉLIO*

Raros temas andarão tão eivados de ambiguidade no interior das ciências políticas como o da nação e dos nacionalismos. Sob a aparência de uma questão bem delimitada, cuja importância já ninguém hoje recusa, quer no plano histórico, quer no plano sociológico, quer ainda no plano estritamente político, alberga-se uma variedade de fenómenos para os quais nem sempre é fácil encontrar um denominador comum e o correspondente aparato conceptual. Analisar, pois, o que a este respeito se tem passado no continente africano, como em qualquer outra latitude ou época, pressupõe que nos entendamos sobre dois ou três pontos metodologicamente prévios, mesmo sabendo que isso vai implicar a inevitável redução do problema a dimensões que estarão longe de reproduzir aquelas que ele apresenta na realidade.

Sem nos prendermos demasiado à definição de conceitos e à vasta gama de tipologias disponíveis - operação que nos levaria longe, a avaliar pelo número de estudos que foram e continuam a ser dedicados ao assunto - tomaremos aqui a nação em dois sentidos muito genéricos, que constituem, aliás, outras tantas configurações possíveis do fenómeno nacionalista tal como ele se nos apresenta nos últimos dois séculos: o político e o cultural. Em sentido político, a nação toma-se por uma referência ideológica através da qual se pretende apenas legitimar o Estado e garantir maior eficácia à sua actuação. Em sentido cultural, porém, ela projecta-se como uma comunidade que compartilha, não apenas um território e uma vontade de perseguir determinados objectivos, mas também e sobretudo um conjunto de hábitos e tradições específicas, de história e de mitos, um conjunto, enfim, de experiências colectivas que antecedem e condicionam a actuação e o pensar dos indivíduos, ao mesmo tempo que lhes impõem determinados deveres.

* Universidade Nova de Lisboa. Grupo de Estudos Africanos do IEEI.

A primeira destas acepções foi, como se sabe, cunhada pela revolução francesa. Nacionais, neste sentido, seriam os cidadãos com capacidade para decidir soberanamente da lei comum. Conforme refere E. Kamenka, «aos homens que fizeram a Revolução Francesa, a nação apresentava-se mais como uma categoria política pragmática do que como uma categoria metafísica. Para eles, uma nação era uma unidade político-administrativa, um agregado de indivíduos capazes de participar numa vida política comum (...) O conceito básico da Revolução Francesa não era o de *francês*, mas sim o de *cidadão*».¹

Já a segunda das referidas acepções, que conhece o mais expressivo dos seus significados com o movimento romântico alemão, apela para todo um conjunto de requisitos prévios à questão propriamente política: a língua, a história, o povo ou mesmo a raça. «Para Fichte, Herder, Novalis, Schleiermacher e, mais tarde, Savigny - prossegue Kamenka - as nações não eram simples aglomerados de indivíduos ou circunstanciais unidades administrativas. Eram, sim, organismos, dos quais o indivíduo constituía uma parte subordinada; fora de um tal organismo, o indivíduo não possuía vida. As divisões entre nações eram, portanto, divisões humanas fundamentais, análogas à divisão das espécies no reino animal»².

Um outro autor, crítico acérrimo dos nacionalismos, escarpeliza assim o fenómeno:

«... Aquilo que se pretendia era um relacionamento orgânico entre a linguagem, a cultura e o Estado, passando muitas pessoas a ambicionar a posse de um idioma e de uma cultura coincidentes ou determinantes da unidade de governo. Bastava que dois elementos dessa tríade estivessem presentes para que o terceiro tivesse de ser criado. Deste modo, os historiadores inventaram, em alguns casos, um "verdadeiro território nacional" como na Alemanha, enquanto, em outros casos, os filósofos reanimaram linguagens moribundas. (...) Em todos os países balcânicos, eles tiveram de aprender a usar canhões para convencer os homens cultos da necessidade de falarem as mesmas línguas que falavam os mais atrasados dos seus camponeses»³.

Diferentes na sua postulação e, mais ainda, nas consequências que o respectivo desenvolvimento viria em alguns casos a ter, estas duas ideias de nação não se apresentam, todavia, totalmente estanques. Com efeito, se a ideia de nação cultural traz já implícita e tende para a sua materialização num Estado a criar, a ideia de nação política, para funcionar como referência ideológica, tem necessariamente de apelar para aspectos culturais, ainda

¹ «Political Nationalism. The Evolution of the Idea», in E. Kamenka (ed.), *Nationalism. The Nature and Evolution of an Idea*, Londres, 1976, p.10.

² *Idem*, pp. 10 e segs.

³ Bernard Crick, *In Defense of Politics. 1975*, trad. port., Ed. Universidade de Brasília, 1981, p.50

que os veja apenas como instrumentos estratégicos. Dito de outro modo, a formação do estado-nação é tanto mais realizável quanto maiores os recursos de natureza cultural a que possa recorrer para efeitos de legitimação, integração e mobilização das populações.

No caso dos países africanos, este enfoque dialéctico revela-se de extrema utilidade para se compreender o que do ponto de vista da questão nacional se passa no continente. De facto, quer pela sua génese, quer pelas suas características, esses Estados partem de um conceito obviamente político da nação, que encaram como um projecto a concretizar, com mais ou menos urgência. No entanto, este mesmo objectivo político esbarra com obstáculos de natureza vária que o impedem de se afirmar através de simples voluntarismo e o obrigam a levar em conta certas resistências de carácter cultural: em primeiro lugar, os nacionalismos de base étnica disseminados no interior de cada um dos Estados e estabelecendo solidariedades de língua e tradição que extravasam os limites territoriais contemporâneos; em segundo lugar, a fragilidade dos referenciais ideológicos a que se tem recorrido para sedimentar a unidade nacional sem a deixar diluir em ideologias internacionalistas; em terceiro lugar, o clima de guerra em que vivem Estados como Moçambique e Angola e que, embora seja pretexto para um discurso mobilizador, gera, por outro lado, uma instabilidade pouco propícia à aglutinação e à identificação com o poder central; em quarto lugar, a fluidez actual do contexto em que o problema se inscreve e a relativa impossibilidade de prever com segurança a evolução do xadrez político regional; em quinto e último lugar, a dependência estreita em que estes Estados objectivamente se encontram em relação às oscilações geoestratégicas no plano internacional, em particular das chamadas superpotências.

Posta a questão nestes termos, pode dizer-se que o nacionalismo foi, na maioria dos casos, uma alavanca sem apoio muito definido, mas que, apesar disso, funcionou como plataforma de unidade na luta contra o colonizador. Mais ainda, ele foi uma espécie de credencial que os movimentos anticoloniais apresentaram por todo o mundo, traduzindo a sua reivindicação na linguagem mitificada do «direito das nações», já conhecida no Ocidente dos últimos dois séculos. Todavia, se mesmo na Europa tinha sido difícil encontrar um lastro objectivo para sustentar uma tal ideologia, em África, por maioria de razão, a tarefa revelava-se ainda mais complexa. Do passado político pré-colonial, o que havia na memória era, muitas vezes, escasso, vago e, pior do que isso, insusceptível de se ajustar à nova realidade, visto esse passado remeter para um mapa de base essencialmente étnica, ao passo que a luta, agora, era pelo domínio do território compreendido entre as fronteiras recortadas pelo colonialismo. Havia, é certo, antecedentes no combate à presença

do poder metropolitano, quer por parte dos indígenas, quer por parte de colonos tentados pelo exemplo brasileiro. Porém, as lutas dos africanos nunca tinham atingido um carácter generalizado, cingindo-se antes a focos de resistência regional ou mesmo tribal; as dos colonos separatistas, por seu turno, tinham-se resumido quase sempre a movimentações no interior do aparelho administrativo ou nos meios urbanos, visando a independência política, mas não se preocupando com a sua fundamentação em qualquer princípio especificamente nacional nem tão-pouco aspirando a uma ruptura com a ordem social existente. Ora, o que os chamados movimentos de libertação nacional pretendiam não era, decididamente, nem uma coisa nem outra. Ao afirmarem-se a favor de um Estado que abarcaria todos os povos e etnias já agrupados numa mesma colónia (ou província ultramarina, como, a certa altura, passou a designar-se no vocabulário oficial português) imprimiam ao combate um horizonte que ele jamais havia tido na resistência esporadicamente esboçada por grupos africanos; ao alistarem-se sob a bandeira do nacionalismo, dando por existente o que na realidade era ainda um projecto e fundando aí o direito à independência, afastavam-se igualmente dos movimentos que, ao longo do século XIX e princípios do século XX, aspiravam a libertar-se da administração metropolitana com base apenas na possível auto-suficiência económica da colónia. Aquilo que a partir dos anos 50 se nos depara é, por conseguinte, algo estruturalmente diverso do que está para trás. Os elementos que o informam são, porventura, recolhidos de uma ou outra daquelas linhas tendencialmente independentistas, mas a combinação que a partir daí se pretende fazer não tem paralelo com qualquer delas. O objectivo já não é apenas uma transformação do aparelho de Estado e a sua conquista, é também a transformação profunda da sociedade civil. E a esta, pouco mais há a uni-la que a potencial disponibilidade para uma oposição ao sistema colonialista. Quanto ao resto, é conhecido o mosaico de etnias, línguas, religiões, costumes, etc., em que ela está dividida. O colonialismo, por razões ideológicas e, sobretudo, estratégicas, nunca chegará a alterar substancialmente esta situação.

Pelo contrário, e em coerência com a inspiração imperial, tolerou a disseminação de culturas e poderes tradicionais, sempre que não ameaçavam protagonizar ou fomentar desafios políticos. Talvez em alguns aspectos o tenha feito numa perspectiva menos distanciada que o colonizador inglês, por exemplo, mas bastará reparar na forma como se deixaram intactos sistemas judiciários autóctones e se conviveu com «monarquias» indígenas para perceber que não existiu uma diferença substancial entre os modelos de colonialismo, como pretendem alguns autores. Seja como for, os movimentos de libertação

vão apresentar-se como um dispositivo político que trabalha no intervalo entre o poder colonial e os poderes tradicionais, entre a cultura do ocupante e as culturas dos ocupados. A administração colonial é-lhes adversa, mas as estruturas locais por ela toleradas também não estão automaticamente enquadradas e predispostas para os seus objectivos. Em alguns casos, a história encarregar-se-á de demonstrar que é mais rápido conquistar a primeira que integrar as segundas.

Todos estes factores ponderados, mais os que resultam do diferente entendimento da identidade nacional por parte dos vários estratos sociais, convirá que não se confunda a legítima afirmação dessa mesma identidade com a existência de uma estrutura ideológica já plenamente definida, em Angola como em Moçambique, em vez de a tomar como um pressuposto norteador de estratégias, mas de conteúdo ainda não totalmente decidido. Nessa medida, aquilo que se visa no presente estudo é muito mais a dilucidação dessas estratégias e das motivações que as animam do que a exposição dos tipos de nacionalismo configurado no discurso das autoridades de cada um daqueles países. Não por ignorarmos a importância de enunciados em que se dá por adquirida a nação, mas simplesmente porque eles se têm moldado a sucessivas conjunturas, exigindo portanto ser igualmente considerados como elementos integrantes da progressiva construção da identidade nacional. Dito de outro modo, trata-se aqui de perspectivar as nacionalidades em causa sob o prisma político, ao qual se submetem as manifestações em que o fenómeno vai ganhando corpo, não obstante estas serem invariavelmente encaradas como a fonte de legitimação da própria actuação política.

A unidade nacional e os nacionalismos

O carácter eminentemente político, na acepção atrás mencionada, dos projectos nacionais em curso em Angola e em Moçambique detecta-se, em primeiro lugar, pela artificialidade das fronteiras territoriais em que se desenvolvem. Tal como acontece em toda a África subsahariana, essas fronteiras foram globalmente definidas pela Acta de Berlim, resultando, por conseguinte, de um plano para coordenar a ocupação, até aí descontrolada, do continente pelos europeus e ignorando por completo o universo étnico e cultural que lhe subjaz. Décadas mais tarde, em pleno surto independentista, tal facto virá a ser ratificado na primeira assembleia de chefes de Estado e de governo da OUA, reunidos no Cairo, em Julho de 1964, os quais declaram os limites territoriais existentes à data da independência de cada país como uma «realidade intangível» que se comprometem a respeitar. Por

debaixo dessa construção, sem dúvida realista mas assente quase só no trabalho de centralização realizado pelos colonizadores, ficava assim toda uma realidade a necessitar de enquadramento: a realidade de povos unidos por laços linguísticos e mesmo étnicos que a divisão colonial não fizera desaparecer. Os Bakongo de Angola, do Congo belga e do Congo francês não deixaram de comunicar entre si através da língua comum - o Ki-Koongo - nem se separaram do universo cultural bantu, da mesma forma que os A-Nyanja de Moçambique, do Malawi e da Zâmbia mantiveram a sua identidade apesar do xadrez político decidido nos tempos coloniais e perpetuado na era das independências.

Uma tal assimetria entre a carta política e a carta etnográfica dos territórios africanos tem a sua importância e os seus reflexos, muito mais profundos e persistentes do que deixaria supor o discurso oficial dos novos Estados. Na realidade, foi por via da comunicação entre os membros de uma mesma etnia que se propagou, muitas vezes, o clima anticolonial e as aspirações à independência. Ramificadas por diversos países, algumas das etnias de Angola e de Moçambique foram toca das pelo exemplo dos países vizinhos muito antes de lhes chegarem as palavras de ordem dos movimentos em gestação em Luanda ou Lourenço Marques. Mais tarde, iniciada a luta, as fronteiras revelariam de novo a sua relativa artificialidade, deixando passar guerrilheiros que tinham os seus campos de treino em países limítrofes e que encontravam guarida entre a sua «gente».

O que se passou no Noroeste de Angola é significativo a tal respeito. Durante os primeiros meses de 1961, logo a seguir ao início das hostilidades em Luanda, cerca de 200 mil angolanos, na sua maioria *bakongos*, abandonam o país e refugiam-se no ex-Congo belga para fugir à violência que os persegue no fogo cruzado dos guerrilheiros e das tropas portuguesas. Dez anos depois, esse número atingia já os 400 mil, número que, somado às dezenas de milhar que haviam emigrado antes da guerra, dava qualquer coisa como 600 mil angolanos em Leopoldville⁴. Muitos deles irão depois regressando, vencidos pelas dificuldades do exílio ou pelos estratagemas de captação activados pelos portugueses, mas a maioria permanecerá no estrangeiro, tornando-se terreno fácil para a angariação de fundos e recrutamento de militantes. Tais migrações voltarão, de resto, a repetir-se já depois da independência, com destinos diferentes, mas com efeitos não menos desestabilizadores para os novos poderes entretanto instalados em Luanda e no Maputo.

As múltiplas ramificações étnicas, alheias aos recortes politicamente operados no interior do continente, vão pois funcionar como uma rede de canais por onde se processa o fluxo

⁴ Números referidos por René Pélissier, *La colonie du Minotaure, Nationalismes et revoltes en Angola (1926-1961)*, ed. Pélissier, 1978, p. 659.

de homens e ideias. Através dela, alguma solidariedade de costumes e crenças que porventura já existia, subjacente às fronteiras territoriais, tenderá a adquirir, aqui ou ali, cambiantes políticos e a exercer pressão sobre as autoridades coloniais portuguesas. É no exterior e a partir do exterior que a ideia da independência melhor se propaga ao nível das camadas camponesas, é no exterior que a revolta dos colonizados e o vago sentimento de autonomia étnica se metamorfoseia em vontade de unificação dos vários povos, contra o colonizador comum e pela independência política. E se é certo que essa vontade já se manifestava de há muito em sucessivas gerações de elites a viver nas cidades de Angola e de Moçambique, onde até estaria, porventura, muito mais articulada teórica e estrategicamente, o facto é que, sem o contacto, directo e indirecto, das populações com a realidade da autodeterminação concretizada nos países periféricos a qualquer daquelas colónias, talvez se tornasse bastante mais difícil e morosa a transformação de movimentos intelectuais ou simplesmente literários em forças de combate a circular pelas matas. No entanto, e para lá de todas estas circunstâncias em que os dois «mapas» de África se cruzaram e cruzam, a verdade é que, do ponto de vista do interesse dos Estados constituídos no continente, a ratificação da Acta de Berlim traduzia um gesto inevitável e a vários títulos pragmático. Com efeito:

- recorria a uma estrutura administrativa já consagrada que bastaria apenas reverter e ajustar às necessidades decorrentes da transformação da colónia em país soberano;
- correspondia aos quadros disponíveis, na sua maior parte formados num universo cultural distante das realidades étnicas;
- permitia ou facilitava a inserção do novo país no contexto internacional, obviamente alheio a essa mesma realidade;
- evitava, enfim, que se pusesse em causa uma situação que, melhor ou pior, era a que existia e de onde não se adivinhava um qualquer retorno às origens que não fosse catastrófico.

Apesar disso, a mesma atitude comportava e comporta dificuldades bem conhecidas. Em certa medida, pode mesmo dizer-se que ela facilitava a afirmação imediata do Estado na mesma razão em que constituía um desafio para a construção da nacionalidade. Vejamos porquê.

Os Estados assim constituídos recorrem à língua do povo colonizador como veículo até hoje insubstituível de afirmação da sua autonomia e coesão. Mas essa língua, segundo algumas estatísticas, não é falada ainda por mais de metade da população, pesem embora os

esforços consideráveis que após a independência foram feitos para a divulgar. E dessa percentagem de falantes do português, só um número ainda exíguo o tem como língua materna, sendo os outros bilingues. Quanto à restante população, ela comunica entre si, na esmagadora maioria, em línguas africanas. A situação é, aliás, similar à que se verifica um pouco por todo o continente, onde a percentagem média de falantes de línguas europeias, de acordo com recentes estudos de David Dalby e Michael Mann (1987), não anda longe dos 20 por cento.

Admitindo, no entanto, que esse estado de coisas se vai alterar nas próximas décadas e que o português se vai impor como língua de civilização e de comunicação entre a totalidade das populações, persistirá ainda a tarefa, de êxito bem mais remoto, de a transformar em veículo de autêntica expressão cultural. A este respeito, o professor José Katupha, da Universidade de Maputo, formulava recentemente, em Lisboa, durante o seminário do Conselho da Europa sobre *Interdependência e desenvolvimento cultural*, algumas observações por certo incómodas e polémicas, mas nem por isso desprovidas de interesse e oportunidade. Dizia ele: «Os sistemas educacionais coloniais (...) produziram africanos assimilados ou culturalmente híbridos. O expoente máximo deste hibridismo cultural encontra a sua expressão nas literaturas africanas em línguas dos colonizadores. as chamadas literaturas de expressão. Nelas, o imaginário literário acopula-se quase constantemente ao imaginário deturpador da realidade que se pretende reportar. O camponês que nunca conheceu os bancos da escola colonial chora as amarguras da produção forçada do café ou do algodão num português camoniano, de Fernando Pessoa ou de Miguel Torga». E em abono destas suas dúvidas o mesmo universitário recorria à opinião abalizada de Agostinho Neto em discurso proferido a 24 de Novembro de 1977:

«O uso exclusivo da língua portuguesa, como língua oficial, veicular e utilizável actualmente na nossa literatura, *não resolve os nossos problemas.*

E tanto no ensino primário como, *provavelmente*, no médio, será preciso utilizar as nossas línguas.

E dada a sua diversidade no país, mais tarde ou mais cedo, deveremos tender para a aglutinação de alguns dialectos para facilitar o contacto.»

Tal recomendação de Agostinho Neto parece, todavia, condenada a um uso meramente especulativo, como se comprova inclusiva mente pela inexistência de uma política clara e coerente por parte do Estado em relação às línguas nacionais. O que se compreende facilmente. Num momento em que o ensino da língua de unidade nacional, de

comunicação oficial e de acesso ao conhecimento científico, como as autoridades de Angola e Moçambique consideram o português; surge como uma prioridade urgente, acaso seria possível evitar esta condenação a um estatuto secundário, não só das línguas, mas também das culturas regionais, sem provocar o risco de ver questionadas as fronteiras e a coesão desejada? Por muito que alguns preferissem ver o projecto nacional exclusivamente informado por elementos autenticamente angolanos ou moçambicanos, é evidente que o realismo vai implicar a maior prudência no tratamento dessas realidades e na sua integração harmónica. Foi isso, de resto, o que aconteceu em muitos dos Estados-nações europeus, feitos à custa de uma rasura das particularidades nacionais que lhes pré-existiam ou, no melhor dos casos, à custa da sua compatibilização num quadro político-administrativo diferente.

Nas circunstâncias africanas, o recurso a um passado longínquo e a uma comunidade de tradições e costumes, instrumento privilegiado da construção nacional, torna-se, além disso, uma arma um tanto ou quanto ambígua.

Por um lado, se recuar um pouco no tempo, a única estrutura de coesão que se encontra é a estrutura colonial que, já de si, era bastante «superficial» e teve efeitos assimiladores restritos. Em contrapartida, se for afastada em absoluto a recorrência ao passado, assumindo apenas o carácter dinâmico da construção nacional, há o risco de a decisão política se processar em linha paralela à realidade social dando azo a que sejam os adversários a tentarem promover por sua conta a ligação às estruturas tradicionais e a que se questionem os regimes e se intentem separatismos ou a instabilidade. O problema, portanto, resume-se a elaborar uma plataforma ideológica que sirva de referência e com capacidade ao mesmo tempo de aglutinação/superação da diversidade étnica e de identificação face ao exterior. O que não é fácil, conforme assevera um observador insuspeito, segundo o qual «a destruição das estruturas tribais e comunitárias, a consolidação e integração nacionais, processam-se de forma extremamente contraditória; simultaneamente à consolidação da consciência nacional (inclusive a nível de todo o Estado) pode reforçar-se o espírito de pertença aos respectivos grupos étnicos, acentuando-se o isolamento tribal e mesmo as tendências separatistas»⁵.

Aspectos há em que esse processo se revela demorado, exigindo da parte dos condutores do projecto nacionalista alguma flexibilidade. É o caso do aparelho judiciário. Como enquadrar ou uniformizar a pluralidade de códigos por que se regia a sociedade no

⁵ Rosa Ismaguilova, «Integração Nacional na África Tropical», in *Problemas do Desenvolvimento Actual de África*, Moscovo, Academia das Ciências da URSS, 1980, p. 100.

momento da independência e em que se traduzia e cristalizava o mosaico étnico? Como encarar, além disso, determinados procedimentos aceites à luz de alguns desses códigos e assentes em tradições imemoriais - como, por exemplo, a poligamia, os casamentos prematuros, etc. -, mas suspeitos e condenáveis à luz dos princípios éticos que informam a nova ordem político-social?

A atitude assumida perante os chamados «usos e costumes» variou de país para país, mas aquela que predomina na África sub-sahariana é a que concede um certo grau de autonomia aos vários grupos étnicos e culturais existentes. Esta espécie de fraccionamento da soberania, no que toca ao poder judicial, tanto pode consistir apenas numa diversidade de normas em que a lei comum se desdobra para cada raça ou religião, como ir mesmo ao ponto de apresentar um sistema judiciário fraccionado em tribunais civis, tribunais religiosos e tribunais tradicionais.

Substancialmente diferente tem sido, neste capítulo, a experiência de Angola e de Moçambique. Aqui, a teoria pluralista do direito é rejeitada em qualquer das suas variantes, preferindo-se-lhe uma solução unitária. Em ambas as constituições vem consignada a separação entre o Estado e as instituições religiosas (Moçambique, art. 19.º, Angola, art. 7.º) e a igualdade de direitos e deveres para todos os cidadãos, independentemente da cor, raça, etnia, sexo e religião (Moçambique, art. 26.º, Angola, art. 18.º). A constituição moçambicana especifica, além disso, a aplicação uniforme da lei em todos os tribunais (art. 74.º), enquanto a angolana, sendo embora omissa sobre este problema, que é bem mais premente na República Popular de Moçambique, frisa, no entanto, que «os tribunais (...) educam os cidadãos no cumprimento voluntário e consciente das leis e da moral socialista» (art. 72.º).

A opção adoptada está, evidentemente, muito longe de se estribar apenas em critérios técnico-jurídicos, sendo mesmo atravessada por todo um debate de natureza ideológica. Conforme escreve o jurista moçambicano Albi Sachs, referindo-se à mencionada teoria pluralista, «os autores progressistas geralmente apoiam este reconhecimento da lei "indígena" como sendo um repúdio da lei imposta pelo colonialismo e neo-colonialismo, uma vindicação da lei popular». O mesmo autor acrescenta, todavia, que «a experiência na nossa zona revela que as soluções pluralistas são, na realidade, menos atractivas. Na África do Sul, toda a política do *apartheid* se baseia no pluralismo, até elevar o tribalismo ao nível de princípio constitucional. A experiência em Moçambique no tempo colonial mostra-nos

que a tolerância concedida aos usos e costumes tradicionais e religiosos era um instrumento de divisão da população que impedia o desenvolvimento de uma consciência nacional»⁶.

Coerentemente com esta reflexão, e perante hábitos profundamente enraizados, a atitude do Estado, sendo embora formalmente unitária, reveste-se de alguma subtileza na sua aplicação. Assim, por exemplo, não existem leis contra a poligamia, o casamento prematuro ou o pagamento de um dote, o que significa que tais usos não são puníveis; no entanto, e uma vez que o Estado também não reconhece tais práticas, que são comportamentos juridicamente ignorados, não existe a possibilidade de reclamar perante os tribunais qualquer direito baseado nos ditos «usos e costumes»: ninguém, por exemplo, poderá ser legalmente punido por não pagar o chamado *lóbolo*; em contrapartida, um homem que espanque a mulher por desobediência, direito que acaso lhe assistiria à luz dos códigos tradicionais, pode ser punido porque pratica um acto ilícito à luz da lei do país, ou seja, porque lesa direitos constitucionalmente reconhecidos a todos os cidadãos.

A unidade nacional e o internacionalismo

Na génese dos movimentos para a independência que se esboçam, sobretudo em Angola, já desde os finais do século passado, é pouco visível qualquer preocupação pela ideia de uma nação cultural nos termos em que atrás ficou definida. Basicamente impulsionados por mestiços e assimilados, esses movimentos afirmam-se segundo o modelo das independências americanas e legitimam-se com base no direito territorial e não com base em elementos étnicos ou culturais. Podem, num caso ou noutro, estabelecer cumplicidades com as revoltas de certas etnias, que ressuscitam, de tempos a tempos, a memória dos reinos pré-coloniais, e denunciar em termos humanitários o comportamento dos colonos. Mas essas alianças são essencialmente tácticas⁷, visto já então estar sobretudo em causa um projecto político de nação moderna, isto é, um Estado independente regido pela vontade dos seus cidadãos.

Em meados deste século, porém, a componente cultural assume importância decisiva com o espalhar, primeiro, da ideia da negritude, e em seguida, da sua renovação e contestação com base no marxismo-leninismo. Sem entrar aqui no pormenor de um tema tão complexo e controverso, lembraremos apenas que a negritude se apresentou, desde os seus inícios

⁶ Albie Sachs, «A Lei Muçulmana e a Lei Moçambicana: o Futuro dos Usos e Costumes», in *Justiça Popular*. Boletim do Ministério da Justiça, n.º 3. Abril-Agosto, 1981, República Popular de Moçambique.

⁷ *Vide*, a este respeito, René Pélissier, *La Colonie du Minotaure*

nos anos 30, em Paris, como um movimento explicitamente supranacional, porventura mesmo excessivamente supranacional, conforme notaram logo os seus primeiros críticos, para quem a raça não constituía elemento bastante para consolidar uma plataforma tão unitária quanto se pretendia, a ligar as comunidades negras dos Estados Unidos, da América Latina e de África. Já Franz Fanon fazia essa mesma crítica em *Os condenados da Terra*: «esta obrigação histórica em que se encontram os homens de cultura africanos de racializar as suas reivindicações, de falar mais de cultura africana do que da cultura nacional, vai conduzi-los a um beco sem saída». O beco viria, no entanto, a assumir um carácter que talvez não fosse exactamente aquele que previa Fanon. Na verdade, a grande partilha que vai fazer-se no seio do movimento será entre os que, na esteira de Senghor, insistem na definição de um estrato cultural latente em todas as manifestações intelectuais e artísticas do homem negro, reivindicando a sua diferença e ao mesmo tempo a sua paridade perante a cultura ocidental, e aqueles que propõem a substituição do tema da negritude pelo tema da revolução. Para estes, a negritude formulada por Senghor seria uma tese «irracional, perigosa e mistificadora, subproduto do nacionalismo [que] serviria de base cultural à penetração neo-colonialista na África e na América»⁸.

A génese e evolução dos movimentos independentistas modernos, quer em Angola quer em Moçambique, foi, naturalmente, marcada por este debate. As manifestações literárias que os reflectem vão de uma fase em que os autores se limitam a lamentar a condição negra, denunciando, em certos casos por via indirecta, o colonialismo, para outra fase em que a literatura se toma por factor de agitação e combate. Na primeira, nota-se a influência da negritude, mas é também visível uma sensibilidade particular à questão da autonomia nacional. Em Angola, por exemplo, surgiu em 1948 um grupo de intelectuais que se reclama do lema «vamos descobrir Angola».

Viriato da Cruz, o seu principal mentor e, posteriormente, um dos fundadores do MPLA, viria a defini-lo nos seguintes termos: «incitava os jovens a redescobrir Angola em todos os seus aspectos através de um trabalho colectivo e organizado. Solicitava o estudo das modernas correntes culturais estrangeiras, mas com o fim de repensar e nacionalizar as suas criações positivas e válidas»⁹. É essa também a mensagem de Maurício de Almeida Gomes, um dos poetas do grupo, quando apela para «uma poesia nova, nossa, nossa/.../ que uma vez cantada/ rezada/ faça toda a gente sentir/ faça toda a gente dizer:/

⁸ René Depestre, cit. in Eduardo dos Santos, *A negritude e a luta pelas independências na África portuguesa*, Lisboa, Minerva, 1975, p. 38.

⁹ Cit. in Mário de Andrade. *Antologia Temática da Poesia Africana*. Vol. I, Ed. Sá da Costa, Lisboa, 1977, p. 9.

- É poesia de Angola!»

O mesmo se passa em Moçambique, onde José Craveirinha fala, já em 1950, «nas fronteiras de água do Rovuma ao Incomati», tomando o espaço territorial como metáfora da nação a surgir. Agostinho Neto, porém, detido em Luanda, escreverá em 1960: «aqui no cárcere/ a raiva contida no peito/ espero pacientemente o acumular das nuvens/ ao sopro da história».

Mais explícito ainda, Hélder Neto dirá, daí a pouco, que «a libertação da Pátria precisa de sangue»¹⁰.

Estalara, entretanto, a guerra. É então que, tanto em Angola como em Moçambique, encontramos, de facto, o delinear do primeiro esboço concreto de unidade nacional. As condições vividas na guerrilha facilitam o aparecimento deste embrião: a estrutura militar, com os seus códigos e a sua administração, sobrepunha-se verticalmente à diversidade de costumes das regiões ocupadas; a mística do heroísmo e as adversidades sofridas em comum relegavam para segundo plano as religiões gentílicas; o ensino feito em português antecipava o que viria a ser o principal instrumento da identidade nacional; o inimigo, por sua vez, estando claramente identificado na pessoa do colonizador ou do imperialismo, reforçava a coesão do grupo. Fernando Ganhão, ao intervir no IV Congresso da Frelimo, em Abril de 1983, fazia-se eco desta mesma versão sobre as origens da unidade nacional, versão que é normalmente enfatizada pelos dirigentes africanos: «Nas zonas libertadas, moçambicanos de várias regiões construíram em conjunto um novo tipo de vida, criaram novos padrões de valores morais, normas de conduta e relacionamento, atitudes que os definiam pouco a pouco como seres característicos, identificáveis numa nova qualidade nascida com a guerra, a moçambicanidade. E eram homens que falavam línguas diferentes, que tinham hábitos alimentares díspares, que tinham variadas manifestações culturais, mas que se irmanavam e sentiam realizados como cidadãos duma mesma Pátria (...). Da nova vida surgiu uma cultura nacional sentida e aceite como sua por todos os militantes. Nas centenas de canções, danças, esculturas, repassava o mesmo fervor patriótico, exaltavam-se as mesmas qualidades, as mesmas virtudes, erigiam-se como heróicos os feitos de luta comum.»¹¹

¹⁰ Sobre a questão aqui abordada, veja-se o livro de Eduardo dos Santos, *A Negritude e a Luta pelas Independências na África Portuguesa*, Ed. Minerva, Lisboa, 1973, de onde se transcrevem os excertos citados neste parágrafo.

¹¹ Cit. in Fátima Mendonça, «O conceito de nação em José Craveirinha, Rui Knopfli e Sérgio Vieira», in *Les Littératures africaines de langue portugaise*, Actes du Colloque International, FCG, Paris, 1985, p. 393.

Esta visão algo idealista das chamadas «zonas libertadas», que se apresenta no imaginário da República Popular de Moçambique como o embrião, quer da nacionalidade, quer da sociedade socialista, é, no entanto, passível de algumas reticências por parte do investigador que se coloque numa perspectiva menos empenhada e mais crítica. É o caso de um estudo ainda recente, assinado por Luís de Brito, onde se nos oferece uma visão bem mais desapaixorada do mesmo fenómeno¹². De acordo com este autor, as «zonas libertadas» desempenharam, efectivamente, funções ao mesmo tempo menos épicas e mais realistas: em primeiro lugar, garantir, enquanto criação original promovida a modelo para a futura sociedade socialista, que a Frelimo pudesse afirmar-se livre de tutelas exteriores e, conseqüentemente, receber auxílio tanto da União Soviética como da China, acumulação que lhe estaria vedada se acaso tomasse partido no prolongado conflito sino-soviético; em segundo lugar, oferecer aos seus dirigentes de formação marxista, que entretanto haviam ocupado o poder no interior do movimento, uma base de demonstração e efectivação das suas teorias e um meio de controlar o campesinato.

Convirá, a este respeito, recordar que, na origem da Frelimo, estão dirigentes das organizações nacionalistas anteriormente formadas entre os moçambicanos emigrados para os países vizinhos e que se inspiram sobretudo no modelo de acção política legalmente exercida pelos partidos aí existentes, modelo este inaplicável, por razões óbvias, nos territórios sob administração portuguesa, onde toda a organização partidária era, pura e simplesmente, proibida. A unificação faz-se, como é sabido, através de Eduardo Mondlane, o qual, não sendo então um marxista, irá progressivamente aderindo às teses dos revolucionários, a ponto de se mostrar convicto, pouco tempo antes do seu assassinato, em 1969, de que «a Frelimo, que até ao momento não fez qualquer declaração oficial a reclamar-se do marxismo-leninismo, irá cada vez mais nessa direcção, dadas as condições em que nós trabalhamos e combatemos»¹³. Quem eram, então, os revolucionários a cuja opinião Mondlane se vai progressivamente rendendo?

Na altura da criação da Frelimo, alguns deles estudavam ainda no estrangeiro, como Joaquim Chissano, outros estavam empregados na administração ou nos serviços de Moçambique, como Samora Machel, enfermeiro em Lourenço Marques. Na sua maioria, são *assimilados* ou mestiços que se sentem vítimas do colonialismo mas que estão longe de partilhar as condições de sobrevivência dos *indígenas*. Assim que a Frelimo se constitui,

¹² Luís de Brito, *Une relecture nécessaire: la génèse du Parti-État au Mozambique*, RCP «Afrique Australe» du CNRS, Paris, dactilografado.

¹³ Cit. in Luís de Brito, *op. cit.*, p. 11.

aderem imediatamente. Alguns dos que viviam em Moçambique exilam-se, vindo a integrar o primeiro grupo que recebeu treino militar na Argélia. Ao todo, são 250 guerrilheiros, entre os quais se contam também estudantes que abandonaram as universidades europeias aonde estudavam.

Completada a preparação militar, o grupo instala-se na Tanzânia, junto à fronteira com a colónia portuguesa, onde vai funcionar um campo de treinos por eles dirigido e onde irão preparar-se para a guerrilha sucessivas levadas de camponeses, emigrados ou fugidos de Moçambique a seguir ao início das hostilidades. Em vésperas do II Congresso, realizado em 1968, todo o sector da defesa, presidido por Machel, encontra-se já nas mãos deste grupo.

É então que estala o conflito interno. De um lado, vão ficando os primitivos dirigentes, oriundos sobretudo do Norte e com ligações à hierarquia tribal; do outro, vão-se afirmando os jovens de formação revolucionária, saídos dos centros urbanos, principalmente de Lourenço Marques, que acusam os primeiros de não pretenderem senão substituir-se aos portugueses e herdar o poder colonial. Na hora da verdade, vencerão estes que detêm o aparelho militar, não sem que muitos dos outros abandonem a Frelimo, fugindo para a Tanzânia ou entregando-se ao exército português. E as consequências não se ficarão por um simples arranjo de cúpulas. De facto, a partir desse momento, o sector militar tomará a seu cargo a definição ideológica do movimento e a organização social, económica, administrativa e judiciária das populações que ficam à sua guarda. O endurecimento progressivo da guerra faz com que estas se refugiem nas matas e, uma vez afastadas do espaço que anteriormente ocupavam, inicia-se o desfazer da antiga estrutura tradicional e a consequente marginalização dos poderes tradicionais. As tropas de guerrilha irão aumentando, mas os postos superiores e toda a cúpula dirigente permanecerá essencialmente a do princípio. Por essa razão, conclui o autor que vimos seguindo, «a aliança entre os camponeses e os militares apresentava pontos de tensão e tem a sua origem muito mais na situação excepcional e conjuntural da guerra que num projecto de transformação social trazido pela Frelimo e sentido como seu pelo campesinato»¹⁴.

A prova da fragilidade, por assim dizer genética, do modelo por esta via instaurado pode ver-se no que se passou a seguir à independência. Terminada a guerra, a tendência para o retorno às antigas terras foi geral entre os habitantes das «zonas libertadas». Os que ficaram e constituíram cooperativas, por sugestão ou pressão do poder central, acumularam dívidas

¹⁴ Luís de Brito, *op. cit.*, p. 15.

à banca sem qualquer progresso visível ria produção agrícola. Os outros voltaram a praticar a agricultura tradicional e familiar, ao arrepio, portanto, do ideal da produção colectiva. A linguagem oficial, porém, manteve-se a mesma, suspensa do ideal revolucionário, se possível ainda mais vigilante e aguerrida contra os vestígios e os riscos do tribalismo, tanto mais que já não se tratava apenas de integrar militantes, mas também de ganhar a confiança de toda a população que se mantivera à margem da guerra.

Que se passa, entretanto, em Angola? Aqui, não há nada que se possa comparar àquilo que foi, em Moçambique, a realidade - como vimos, contraditória - das «zonas libertadas». Os vários grupos de guerrilha jamais encontraram uma plataforma de unidade, o que permitiu às autoridades portuguesas explorar em seu favor as várias inimizades. Os dirigentes do MPLA, em boa parte intelectuais politizados de origem citadina, nunca chegaram a controlar os grupos que se tinham formado entre os emigrantes de Leopoldville e que assentavam, por vezes, em bases essencialmente étnicas - como, por exemplo, o movimento liderado por Holden Roberto, pelo menos no seu início - para só depois assumirem reivindicações pan-angolanas.¹⁵ Os diferentes apoios externos reflectirão, por um lado, o conflito sino-soviético, o qual atravessa, inclusivamente, o interior do próprio MPLA, e reflecte, por outro lado, o jogo cruzado dos interesses económicos e estratégicos regionais. Em consequência, passados os primeiros anos a seguir ao levantamento de 1961, a guerra ir-se-á esbatendo, ao mesmo tempo que se dilui no terreno a importância dos movimentos nacionalistas. Em seu lugar, avançarão o exército e a administração Coloniais, que investem a fundo na transformação económica e social do território. O que não é de somenos para a questão aqui estudada. Com efeito, à medida que crescem as cidades e a economia se desenvolve, a estrutura social antiga tende naturalmente para uma progressiva desagregação, dando azo à afirmação omnipresente do poder central e abrindo condições favoráveis para o posterior lançamento de um projecto de unidade nacional angolana. Os chamados etno-nacionalismos, que têm sem dúvida importância, embora relativa, na génese e eclosão do conflito¹⁶, já pouco ou nenhum significado terão na Angola dos anos 70. E, no momento do acesso à independência, vão, logicamente, ser os apoios externos e a moribunda administração colonial quem irá decidir a questão do poder em Luanda.

O internacionalismo de cariz marxista irrompe, assim, na cena angolana através do MPLA e seus aliados externos, cortando quase à nascença a malograda hipótese de um governo

¹⁵ Vide R. Pélissier, *op. cit.*, pp. 270-280.

¹⁶ Conforme observa Pélissier (*op. cit.*, p. 297), estes movimentos, sendo embora «teoricamente complementares» daqueles que se estabelecerão em bases modernas, «são de facto, seus rivais, uma vez que, cientemente ou não, eles expõem o desmembramento de uma nação que está em gestação».

pluripartidário. O alinhamento progressivamente maior com o bloco socialista garantirá a defesa do poder, mas terá também efeitos perversos: no interior do MPLA, vai obrigar ao afastamento de sucessivas levas de dirigentes ou simples militantes, revoltadas contra a linha seguida pelo partido; no plano nacional, facultará à Unita a possibilidade de se apresentar e reivindicar como uma força angolana em luta contra a intromissão estrangeira. As dificuldades que daí advêm são conhecidas e o prolongamento da guerra fala por si. A luta pela soberania nacional trava-se, a partir de então, em terreno ambíguo, na medida em que qualquer das partes, arvorando-se como representante exclusivo desse projecto, acusa o adversário de não ser mais do que um agente de interesses externos. Curiosa mas coerentemente, ambas se dizem em luta contra o imperialismo (pró-americano num dos casos, pró-moscovita no outro), o que quer dizer que ambas se reivindicam de um nacionalismo angolano. Sem vantagens para Angola, pelo menos por enquanto...

A estratégia nacionalista

Estabelecidos os condicionalismos em que se tem desenvolvido a construção do Estado-nação em Angola e em Moçambique, tentaremos agora sumariar as principais linhas estratégicas evidenciadas na procura e afirmação de uma identidade nacional. Já vimos que, ao contrário do que deixaria supor o sentimento e o discurso nacionalista, para os quais a unidade estaria, desde o início, construída sobre os alicerces da oposição ao colonialismo, um projecto nacional obriga a opções teóricas e práticas de natureza vária, nem sempre lineares, e bem assim a reajustamentos progressivos, sobretudo depois de conseguido o acesso à independência. Não se pretende, por isso, desenhar um modelo a que tivesse obedecido a construção da unidade e identidade nacionais. Muito pelo contrário, pretende-se apenas surpreender, no concreto e na história recente de ambos os países, as mais importantes manifestações e comportamentos apontados para esse objectivo. Conforme adiante se verá, não é sequer de excluir e será talvez de esperar uma futura remodelação da moldura em que o projecto vem sendo enquadrado. Mas, para já, convém reter os contornos que ela apresentou até aqui, pois só a partir deles se poderão, numa perspectiva dinâmica, visualizar eventuais alterações. Passemos, pois, à sua enunciação. Assim:

1 - A *promoção da nacionalidade à categoria de instância prévia*, em conformidade quase literal, por vezes, com a inspiração romântica a que aludimos a princípio. Vejam-se, a título de mera ilustração, os motivos alegados por uma delegação moçambicana, em congresso realizado

em Caracas, para justificar a sua discordância perante um projecto apresentado pela Suécia e pela Áustria a favor da abolição da pena de morte: «O direito do homem à vida é um direito fundamental, mas antes dele situa-se o direito do Povo à vida, à liberdade, à justiça social, pois o *homem não tem existência nem sentido fora do Povo em que vive*»¹⁷. Claro que uma tal asserção se pode igualmente fundamentar na doutrina marxista. Mas isso não exclui - nem se trata aqui de discutir a sua maior ou menor justeza - que ela coincida com muitas declarações proferidas pelos teóricos do nacionalismo de raiz e expressão cultural dos princípios do século XIX.

2 - *Divulgação da língua portuguesa* como elemento imprescindível à identidade nacional e para responder a eventuais riscos de fraccionamento interno ou de apagamento no seio de zonas geoestratégicas e geoeconómicas onde predominam outros idiomas. Neste caso, como já atrás referimos, o pragmatismo faz lei, por muito que isso custe àqueles que aí denunciam vislumbres de alienação.

3 - *Combate ao tribalismo*, sob todas as suas formas e a todos os níveis. Henrique Abranches, responsável angolano, reproduz assim a posição das autoridades do seu país: «camaradas há, também, que, pelas suas posições intelectuais afastadas da realidade objectiva, encontram somente um romantismo nacionalista e uma poética, quase racial, nas estruturas tradicionais, que defendem na rádio, na televisão, nas suas aulas e conferências, esquecendo-se de que se engajam assim numa tentativa, decerto vã, de enunciar uma autenticidade angolana, esquecendo-se também que essa autenticidade é necessariamente tribal ou regional e que, desse modo, ela só serviria como entrave à unidade nacional e à penetração da ideologia progressista do MPLA.»¹⁸

A constituição angolana, de resto, deixa claro, no seu art. 5.º, que «será promovida e intensificada a solidariedade económica, social e cultural entre todas as regiões da RPA, no sentido do desenvolvimento comum de toda a Nação angolana e da liquidação das sequelas do regionalismo e do tribalismo».

¹⁷ Cit. in *Justiça Popular*, n.º 3. p. 14. (Sublinhado nosso.)

¹⁸ *Reflexões sobre Cultura Nacional*, Lisboa Edições 70, 1980, p. 98.

Da mesma forma, nos discursos de Samora Machel, quer antes quer depois da independência, o antitribalismo foi uma nota sistematicamente repisada como condição de realização da unidade nacional. O malogrado Presidente de Moçambique não esquecia, obviamente, os problemas a que aludimos e que se verificaram no interior da Frelimo e a possibilidade, sempre latente, de eles serem reactivados por adversários políticos para os quais seria tentador explorar contra o poder sediado no Maputo o eventual descontentamento de chefes tradicionais a que os acontecimentos retiraram a antiga aura de prestígio. Até porque, como já sugerimos, não foi longo o tempo que a Frelimo teve para reabsorver e reformular as estruturas socioeconómicas vigentes no momento do início da guerrilha.

4 - *Unificação progressiva do sistema judiciário*: os chamados «usos e costumes», sobretudo em matéria de família, são tolerados na prática, mas as normas consuetudinárias por que eles se regem não possuem qualquer valor legal, o que significa, como vimos, não serem reconhecidas. Além disso, a ideologia oficial e a doutrinação desaconselham-nos, havendo como que uma espécie de tréguas provisórias, para não ferir situações socioculturais arraigadas, mas, ao mesmo tempo, um incentivo à sua desarticulação.

5 - *Tentativa de reconciliação entre o marxismo-leninismo e o projecto nacional*. Veja-se como Graça Machel define a concepção que deverá presidir ao plano de educação moçambicano: «Esta concepção tem como base: a integração da escola na vida da comunidade, na luta de classes; o trabalho manual e a produção como parte integrante do processo educativo; a afirmação da personalidade moçambicana; a identificação com a cultura popular; a formação de uma visão científica, materialista e dialéctica do mundo»¹⁹.

É sabido como, no III Congresso, realizado em 1977, a Frelimo se assumiu como partido, mais ou menos na mesma altura em que o MPLA, com o seu I Congresso, passava a designar-se MPLA - Partido do Trabalho. Num caso como noutro, foi a consagração de uma linha política triunfante no seio dos respectivos movimentos, mas foi também o fruto circunstancial do grande empenhamento que então manifestava por África a estratégia soviética, instigando as várias forças no poder a integrar sem complexos a órbita socialista. No que diz respeito a Angola, isto levará, primeiro, à prisão de alguns nacionalistas, como

¹⁹ «Intervenção da camarada Graça Machel na IX Sessão do Comité Central», in *Tempo*, Fevereiro de 1982, p. 17.

os pertencentes ao grupo designado por «Revolta Activa», e, pouco depois, a excessos de zelo como os demonstrados pelos protagonistas do «golpe Nito Alves», insatisfeitos pelo ritmo imprimido à revolução pelos dirigentes do MPLA. No caso de Moçambique, resolvida que fora, já em 1969, a luta pelo poder no interior da Frelimo, tratava-se, sobretudo, no dizer de Samora, de «alargar o poder popular ao conjunto do país» através de «uma nova ferramenta, um partido de vanguarda, um partido marxista-leninista». Segundo Aquino de Bragança, «com a libertação da cintura industrial das grandes cidades da Beira e Lourenço Marques (hoje Maputo), irá a Frelimo encontrar um novo impulso apoiando-se numa ampla base operária classe que deve desempenhar o seu papel na Revolução? A situação não é fácil porque existe um verdadeiro "fosso" entre estas regiões e o Centro e o Sul do país, nomeadamente com os grandes centros urbanos "onde o inimigo continuou fisicamente presente até ao fim". Estas populações que permanecem num estado de dependência psicológica sentem uma impressão de vertigem ao atingirem a liberdade de maneira demasiado súbita e sem terem tido que a arrancar (...) Trata-se de saber como resolver o paradoxo de uma classe operária muito minoritária num país de predominância agrária - 90 por cento da população activa são camponeses - e que tem contido de se tornar classe dirigente nesta etapa da Revolução democrática e popular. A este problema, foi dada uma mesma resposta pelos vietnamitas e os moçambicanos: a direcção desta revolução deve pertencer à classe operária e a base deve ser constituída pela aliança operários-camponeses»²⁰.

6- *Reavaliação da história* à luz da experiência mais recente e dos princípios pelos quais esta se norteou, representando-se os factos, não só como uma sequência linear de lutas contra o colonizador, mas também como ilustração da luta de classes no continente. O volume intitulado *História de Angola*, que o MPLA publicou, em 1965, em Argel, exemplifica exhaustivamente este procedimento. «Conhecer a nossa história - diz-se logo na abertura - é, pois, saber como se desenvolveram os vários povos que habitam em Angola; como lutaram entre si; como se uniram; como lutaram contra o invasor europeu; como foram influenciados pelo colonialismo; como reagiram a ele; como se formou a unidade do povo que luta pela libertação da sua pátria e pela libertação dos mais explorados.»²¹ E a mesma

²⁰ Aquino de Bragança, «O marxismo de Samora Machel», comunicação apresentada ao congresso de sociologia realizado em Upsala, Setembro de 1980, e reproduzida em *Cadernos de História*, boletim do Departamento de História da Universidade Eduardo Mondlane, n.º 5, Fevereiro de 1977, pp. 4-12.

²¹ *História de Angola*, Ed. Afrontamento, Lisboa, s/d, p. 5.

obra terminava com uma reivindicação lapidar desta perspectiva: «Enfim, a história de Angola, como qualquer outra, é uma história da luta de classes nas suas diversas formas.»²²

7 - *Sobredeterminação da cultura pela política*. A circunstância de uma parte considerável dos agentes intelectuais - escritores e outros - ocupar até há pouco lugares de destaque no aparelho de Estado, bem como o facto de as suas associações de classe serem promovidas e dependerem estreitamente do poder, leva a que seja este a seleccionar e a orientar os trabalhos. É por essa via que se faz a triagem entre aquilo que se considera simplesmente «tradicional», associado ao folclorismo, e aquilo que se considera «nacional», isto é, já trabalhado pela ideologia.

8 - *Relevo dado à literatura* como campo privilegiado da elaboração da ideologia nacional. «No interior dos meios angolanos preocupados com o futuro da literatura - escreve Laurent Monnier - parece estar implantado o postulado implícito que o papel dos escritores seria estimular, pela sua produção intelectual e o seu trabalho literário, uma dinâmica de consciencialização muito semelhante àquela que se viveu no tempo de luta. A ideia subjacente (na qual as pessoas fingiram acreditar?) seria a de que a literatura pode assumir uma função de coesão nacional na relação concreta que se instaura entre o escritor e os seus leitores.»²³

Reconversão do projecto nacional

Os dados que temos vindo a analisar e com que tentámos resumir as tensões através das quais o problema tem evoluído poderão, eventualmente, dar a entender que, no fim de contas, a identidade nacional até aqui gizada, em Angola e Moçambique, se resume a uma simples variação no interior do programa internacionalista. É essa, de resto, a convicção de alguns observadores ocidentais, para quem a analogia verificada, em matéria de regime político, entre esses países e a Europa socialista constitui argumentação bastante para projectar sobre África o esquema do conflito leste-oeste, sem margem para atenuantes ou matizes de qualquer espécie. De acordo com esta perspectiva, as alegações de não alinhamento resumem-se a expedientes tácticos inseridos numa estratégia de sentido não

²² *Idem*, p. 179.

²³ «Identité nationale et pouvoir actuel de la littérature en Angola», in *Les littératures africaines de langue portugaise*, p. 111.

declarado mas óbvio, pelo que a política do Ocidente, nesses casos, se deveria pautar pelos critérios que dominam as relações entre os dois blocos militares do hemisfério norte.

Em abono da verdade, deve dizer-se que uma tal perspectivização dos acontecimentos não é de todo em todo desprovida de fundamento. Basta reparar que o mesmo Ocidente continuou, por largo tempo após a retirada de África, a ser o alvo preferido do discurso nacionalista dos revolucionários africanos, fosse a título de «imperialismo» ou de «neo-colonialismo», para se compreender que a desconfiança era, no mínimo, simétrica. Além disso, no domínio estritamente cultural, os valores em que se consubstanciava a presença dos europeus em África foram objecto de campanhas que os condenaram globalmente como expressões do colonialismo e tentaram sobrepor-lhes a visão marxista-leninista, na qual, como vimos, se quis ver a moldura ideal para o processo de desenvolvimento nos condicionalismos específicos dos novos Estados. Acima de tudo, porém, há o facto de as ajudas ocidentais se revelarem a maior parte das vezes infrutíferas e estarem a alimentar a sobrevivência de esquemas de planificação sobejamente reconhecidos como impotentes face às realidades locais, não faltando sequer a suspeita de que certos fundos destinados a suprir a carência de recursos básicos iriam direitos ao sector militar.

Há, no entanto, outro tipo de considerações que inibem o linearismo subjacente a esta análise dos factos. E a mais flagrante dessas considerações reside em que, da parte do Leste europeu, não são menores as reservas postas aos nacionalismos africanos. Efectivamente, durante a era da diplomacia Gromiko, esses nacionalismos eram vistos como uma inspiração do «imperialismo» ou das «concepções pequeno-burguesas de Mao Tse-tung», razão pela qual, conquistada a independência do Estado, seria necessário incentivar o internacionalismo e a integração clara dos marxistas africanos na órbita socialista: «A divulgação e adopção do marxismo - escrevia um responsável soviético - nos países de orientação socialista opera-se num ambiente de aguda luta ideológica. A propaganda burguesa procura demonstrar, ao interpretar este processo, que a doutrina marxista-leninista internacional una se teria desfeito em "doutrinas nacionalistas estreitas". O objectivo desta atitude é reactivar as ideias do "socialismo africano" já extintas na maior parte dos países de orientação socialista, desviar os democratas revolucionários para o terreno do nacionalismo. Por sua vez, este último não permite que o marxismo-leninismo seja adoptado como doutrina de carácter e essência internacionalista. A luta dos marxistas contra o nacionalismo de direita também se agudiza no continente africano.»²⁴

²⁴ Nikolai Kossukhin, «Concepções ideológicas e políticas dos democratas revolucionários», in *Problemas do desenvolvimento actual de África*, Moscovo, Academia das Ciências da URSS, 1980.

Já em plena era Gorbatchev, a questão sofrerá algumas alterações de fundo. Desde logo, porque, como assinala Michel Tatu, «Brejnev tinha desviado para a política externa o que subsistia de dinamismo na sociedade soviética, dissimulando sob a expansão e a corrida aos armamentos a estagnação a que se havia resignado no plano da política interna (...) A partir de agora, com Gorbatchev, é a política externa que deverá estar ao serviço da política interna»²⁵. É com base neste postulado que devem interpretar-se algumas críticas entretanto surgidas à política africana executada pela URSS na última década. Michel Tatu cita um artigo do professor Oachilev, publicado em 18 de Maio de 1988, na *Literaturnaia Gazeta*, onde se acusa essa mesma política de «correr atrás de pequenos avanços formais que se traduzem em mudanças na elite dirigente dos países em vias de desenvolvimento», quando o interesse nacional da URSS exigiria que se «criasse um ambiente internacional favorável a transformações profundas na economia e no sistema sociopolítico do país». Mais recentemente, deparamos, no entanto, com declarações bem mais incisivas a este respeito. Escreve, por exemplo, Aléxei Kiva, um dos responsáveis pelo Instituto de Orientalismo da Academia das Ciências de Moscovo: «Após a experiência destes últimos 25 anos, parece hoje completamente inconcebível como é que pudemos julgar de forma tão simplista as leis de desenvolvimento do socialismo e do capitalismo e esperar seriamente salvar centenas de milhões de homens do "Gólgota capitalista" propondo a ideia da democracia nacional e do desenvolvimento não capitalista (...) Não nos tínhamos dado conta de que as antigas colónias estavam muito mais ligadas às metrópoles do que pareciam no começo dos anos 60, na altura em que dezenas de Estados tiveram acesso a um desenvolvimento independente e em que predominava um estado de espírito anti-imperialista na opinião pública desses países. Foi preciso tempo para nos apercebermos de que as sólidas ligações que unem as metrópoles e as colónias, inclusivamente no domínio cultural, não eram assim tão fáceis de romper.»²⁶

Escusado será dizer que, tanto num como noutro caso, não se trata de declarações que vinculem o Estado soviético. Porém, o simples facto de estarem a emergir estas e outras semelhantes, quer na sociedade, quer em organismos responsáveis ou até na imprensa oficiosa, testemunha, de qualquer forma, uma inflexão e um nítido abandono da fórmula, cara a Brejnev, segundo a qual era preciso «fazer evoluir a correlação de forças num sentido favorável ao socialismo». De momento, verificada a ruína económica dos países africanos

²⁵ Michel Tatu. «Gorbatchev et la politique de l'URSS vis-à-vis du Tiers Monde, Les aspects politiques», comunicação apresentada ao colóquio *A Europa e o desafio africano*, Instituto de Estudos Estratégicos e Internacionais. Lisboa, Junho de 1988.

²⁶ A. Kiva, «Orientation socialiste: réalités et illusions», in *La vie internationale*, Julho, 1988, p. 86.

de regime marxista e a indeterminável capacidade de resistência de Pretória, verificada ainda a crise interna da URSS e, enfim, o papel não essencial nem nevrálgico que sempre se conferiu a esta questão nos planos geoestratégicos soviéticos, é de supor que a retirada de Cabul seja um sinal para o continente negro. Se assim for, como parece já estar a ser, o abrandamento da pressão até há pouco exercida por Moscovo, mesmo em países como Angola, vai colocar as forças nacionais perante uma situação nova e obrigá-las a definir num outro quadro, quer a rede de relações exteriores, quer a economia, quer o sistema sociopolítico, quer até a própria cultura nacional.

Do ponto de vista de Angola e Moçambique, as actuais circunstâncias, se bem que por vezes ainda vagas, arrastam implicações de diferente e óbvia natureza. Quanto a Moçambique, é hoje unanimemente reconhecida a autonomia que, desde os primeiros anos da presente década, vem imprimindo ao seu posicionamento no plano internacional, afrontando, primeiro, as desconfianças de comunistas de várias latitudes, em particular as do PCP, quando enveredou por um contacto com Portugal através das vias diplomáticas oficiais²⁷, e afrontando, mais tarde, as desconfianças de alguns dos países vizinhos a quem surpreendeu o facto de Samora Machel assinar os acordos de Incomati.

No caso de Angola, o problema é sabidamente mais complexo. Não faltam, porém, indícios de que a presença de forças estrangeiras será, de facto, ultrapassada e de que a procura dos termos ajustados à reconciliação nacional é uma prioridade e uma tarefa em que talvez não seja dispiciendo o contributo de pessoas e grupos que foram marginalizados ou se mantiveram deliberadamente críticos perante as várias formas de dependência entretanto assumidas.

Esta «segunda descolonização», como já tem sido chamada, a verificar-se, deixará uma vez mais Luanda e Maputo - mas sobretudo Luanda - na situação de terem que redefinir, tanto o ordenamento político-social interno, como o espectro de relações internacionais.

Sob o primeiro destes aspectos, é natural que se intensifiquem os contactos com o Ocidente em geral, com a antiga metrópole em particular e, finalmente, com os outros países da região, no quadro dos organismos já constituídos. Qualquer destas tendências é já visível, mas as mudanças actualmente em curso na política africana de Moscovo vão, por certo, obrigar à sua aceleração. Com o Ocidente, o diálogo está a conhecer redobrado interesse de parte a parte, seja a nível bilateral, seja no quadro das Comunidades Europeias,

²⁷ Vide editorial do *Notícias* de Maputo, em 12 de Julho de 1982, assinado pelo chefe de redacção: «no mínimo, entendo declarações desta natureza como uma declarada e flagrante ingerência nos assuntos de um país soberano e independente». As mencionadas declarações eram de Álvaro Cunhal.

como única alternativa para o saneamento económico de Angola e de Moçambique. Com Portugal, a aproximação é ainda mais significativa, a partir do momento em que se começam a remover os antigos obstáculos ao entendimento entre ex-colonizadores e ex-colonizados. Quanto aos países da região, é notória a tentativa de concertação de uma estratégia face à República Sul-Africana, sem prejuízo de acordos bilaterais que cada um dos países terá que estabelecer com Pretória, à semelhança do que já faz Moçambique.

No plano interno, é difícil que toda esta viragem fique sem repercussões, muito embora elas não sejam ainda previsíveis. Tudo, com efeito, aponta para o fim de um ciclo de 13 anos que se saldou pelo falhanço do programa delineado a partir do marxismo-leninismo. São, de resto, os próprios soviéticos que estão hoje a pôr em causa o modelo de desenvolvimento que, à revelia do próprio Marx, sustentaram durante todos estes anos para o continente. Conforme assinala o já citado A. Kiva, «podemo-nos até interrogar se, de facto, existe nas ciências sociais soviéticas uma concepção marxista-leninista do desenvolvimento não capitalista como parte integrante da teoria da revolução socialista e como caminho a seguir em consonância com a prática»²⁸. Por outras palavras, mesmo que nos situemos na perspectiva marxista, a realidade tem-se encarregado de demonstrar que é impossível queimar etapas e, por conseguinte, haverá que promover um novo modelo para o desenvolvimento dos povos ex-colonizados. Ora, a ser assim, uma primeira questão se impõe, qual seja a de saber que alterações serão necessárias no regime político de Angola, como no de Moçambique, de modo a compaginarem-se com as mudanças que se adivinham necessárias no plano económico. Mas há também uma outra, ainda mais pertinente do ponto de vista do estudo que vimos fazendo: dado que o projecto de unidade e identidade nacional estava até aqui cimentado, como se procurou evidenciar, na argamassa ideológica do marxismo-leninismo, até que ponto ele virá a ser influenciado pelas novas linhas que se desenham no horizonte de Angola e de Moçambique?

Motivações de viragem

A experiência tem-se encarregado de antecipar algumas respostas para a pergunta que acabámos de formular. Durante largo tempo, pretendeu-se que o único vestígio da colonização que havia de perdurar, à parte as fronteiras territoriais, seria a língua. E, mesmo em relação a esta, parecia condescender-se por razões unicamente pragmáticas, perfilhando-se uma concepção instrumentalista da língua de onde se originavam as já

²⁸ A. Kiva, art. cit., p. 84.

aludidas controvérsias sobre a possibilidade de o português veicular a «autenticidade» da nação angolana ou moçambicana. Quanto ao resto, sabe-se como o projecto de construção nacional foi atravessado por uma animosidade mais ou menos latente contra os vestígios da presença portuguesa. Em certo sentido, talvez residisse aí o processo mais fácil para a afirmação imediata de uma identidade própria.

Esta fase, porém, passou depressa, e foi a incorporação, por vezes maciça, de pessoas e valores estranhos à realidade tradicional africana que lhe acelerou o desfecho. Os relatos que, a este respeito, nos chegam, por exemplo, de Angola, são elucidativos: «o decénio trágico da imigração cubano-zairense promovida pelo falecido presidente Agostinho Neto, é hoje motivo de reprovação e crítica dura e irreductível em todas as casas angolanas (...) Nenhum aluno angolano aceita um professor cubano ou zairense, mas congratula-se por ter professores portugueses ou angolanos. Nenhum angolano aceita de bom grado ir a um médico cubano. Mas vai esperançado a um médico português ou angolano»²⁹. E, em Moçambique, não havendo embora experiência semelhante, é igualmente conhecida a reavaliação dos laços com Portugal que está a fazer-se, em particular a nível das populações. Também a este respeito nos chegam, aliás, sinais de mudança de perspectiva no próprio mundo socialista: «à medida que as antigas colónias seguiam um desenvolvimento independente - escreve, uma vez mais, A. Kiva - a sua situação económica e as condições de vida da população deterioravam-se, os métodos violentos tornavam-se mais frequentes e, desta vez, eram os próprios Estados nacionais que dela se serviam contra os cidadãos (casos destes, infelizmente, não são raros nos países libertados). Depois de o ter criticado, a opinião pública apreciava, finalmente, o papel das metrópoles nos destinos das colónias, independentemente da natureza real desse papel»³⁰.

As motivações para uma tal viragem, bem como o seu alcance, estão longe de poder avaliar-se em termos exclusivamente económicos. Rejeitando alternativas e modelos de vida que não chegaram sequer a penetrar profundamente no tecido social, as populações acabam por reactivar, à medida que se atenua o clima de agitação ideológica, a sua experiência tradicional e os estilos de vida há muito arreigados. É, no fundo, o tempo longo a ditar as suas exigências sobre o imediatismo das circunstâncias. E é aí que as marcas de um contacto multi-secular vêm inevitavelmente ao de cima, confundidas com a tradição indígena em amálgama onde nem sequer é possível identificar já a proveniência de cada um dos elementos. Em vão o discurso oficial protagonizaria um projecto de nação que

²⁹ Rui Ramos, «Portugal-Angola: a dupla nacionalidade», in *Expresso*, (1988.12.19)

³⁰ A. Kiva, art. cit., p. 86.

pressupunha o recalçamento desse diálogo e não apenas a recusa das suas manifestações caducas. De facto, Portugal foi considerado o inimigo durante a fase da luta pela independência. Mas, hoje, se Angola e Moçambique sentem porventura ameaçada a sua soberania, não é por parte de Portugal: é no contexto geoestratégico em que estão inseridos. Ora, precisamente para assegurar nesse contexto a soberania plena, é preciso um projecto escorado em algo mais sólido que as veleidades do «socialismo nacional», as quais, de resto, já demonstraram não ser garantia bastante para resistir a novas dependências.

O principal, nesta matéria, nem sequer é uma questão de regime político. Muito antes disso, há que delimitar e definir o conteúdo intrinsecamente fluido dessa realidade subjacente e justificadora da própria existência do Estado independente. Pode-se, evidentemente, fazê-lo apenas pela força das armas ou das leis, mas está demonstrado que o voluntarismo é pouco eficaz para tal efeito. Mais tarde ou mais cedo, o realismo acabará por impor-se e, com ele, a aceitação do único passado disponível, que é o do diálogo de experiências e culturas. Nesse momento, revelar-se-á de todo injustificado o anátema contra tudo o que é reminiscência do colonizador e, em seu lugar, surgirão indícios claros da aceitação descomplexada dos factos, como já estão, de resto, a surgir, pelo menos em outros países do continente. É ver a atitude das autoridades da Guiné-Bissau, quando reivindicam como parte integrante da sua própria história nacional episódios que até aqui pareciam exclusivo dos colonizadores, voltando mesmo a erguer nas suas praças as estátuas dos marinheiros que ali aportaram pela primeira vez. Haverá prova maior de independência que esta capacidade de assumir soberanamente o passado e integrá-lo entre as marcas identificadoras de uma nação?

O presente trabalho foi realizado no quadro de um projecto de investigação do IEEI, durante o ano de 1988, e finalizado no início de 1989.